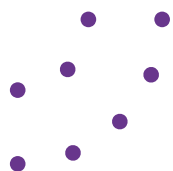




Relatório de Gestão e Contas da ASSP 2025




ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES



ÍNDICE

I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP	5
1. Enquadramento	
2. Atividades da Direção Nacional	
3. Atividades das Delegações	
II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO	8
III - APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	31
VII - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	34





I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP

1. Enquadramento

O ano de 2025 continuou condicionado em moldes quase idênticos ao ano anterior, com a existência de vários focos de guerra, uma menorização da influência diplomática da Europa, com uma premeditada ausência de posição da Índia, por um alinhamento não explícito entre a China e a Rússia, por um crescente desagrado da sociedade iraniana e por uma grande instabilidade decorrente das posições tomadas pela nova administração americana em relação ao continente americano e a outras regiões estratégicas do globo.

Todos estes fatores, aliados a outros de natureza intrínseca da estrutura política da própria UE, contribuíram para que a política europeia e bem assim a sua economia continuem a apresentar um cenário de grande incerteza, uma vez que não têm demonstrado capacidade de falar a uma só voz.

2. Atividades da Direção Nacional

A Direção Nacional da ASSP realizou 11 Reuniões em 2025.

Em março e em novembro tiveram lugar as Assembleias Regionais e Assembleia Geral (presenciais), para aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2024 e do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, respetivamente, entre outros assuntos.

Realizaram-se três Conselhos Consultivos, via ZOOM, com sessões em março, junho e novembro de 2025.

Nos dias 27 de janeiro e 15 de setembro de 2025 realizaram-se dois Encontros de Delegações na Sede Nacional da ASSP, dando continuidade ao tema “Comunicar a Uma Só Voz”.

Nos dias 30, 31 de maio e 1 de junho, a ASSP comemorou o seu 44.º Aniversário em S. João da Madeira com uma participação superior a 200 pessoas.

No âmbito da parceria com a Câmara Municipal de Cascais teve lugar a

- Continuação do Projeto “Comunidades de Aprendizagem”;
- Seminário “Em cada Prompt um Universo: A Educação que Pensa e Cria” realizado na Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo em S. Domingos de Rana, com a participação de mais de 120 professores.

Continuaram as reuniões com as Câmaras Municipais, no sentido de entender a sua recetividade à cedência de terrenos à Associação para a construção de Habitação Colaborativa, destacando-se aqui a Câmara Municipal de Loures.

A Direção Nacional contactou vinte Câmaras Municipais (Almada, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Fundão, Guimarães, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Olhão, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, S. João da Madeira, Torres Vedras, Vila Nova de Famalicão) para apresentar, com o respetivo orçamento, o Projeto Comunidades de Aprendizagem – Educação Inclusiva a ser realizado nos Agrupamentos dos referidos Municípios.

Destes contactos, resultaram quatro reuniões (Faro, Loures, Mafra e S. João da Madeira), estando em curso as negociações do Projeto.

A Associação deixou de contar com a excelente colaboração da Professora Dra. Júlia Ribeiro, em regime de destacamento, a partir do mês de setembro, continuando, no entanto, a colaborar com o CFAMM.

Até final do ano letivo 2025, o CFAMM realizou 94 Ações de Formação, tendo tido 1871 formandos.

Continuou o acompanhamento apertado e periódico à evolução das Contas das quatro Residências, visando a sua sustentabilidade, o que parece ter melhorado substancialmente.

Continuaram as várias renegociações com fornecedores, no sentido de obter condições mais favoráveis para a Associação e os seus Associados. Assinaram-se 32 Protocolos com entidades das mais diversas áreas.

Foram realizadas as viagens e passeios programados para 2025: Maravilhas do Perú em maio e Mercados de Natal de Viena e Bratislava em dezembro.

Procedeu-se à publicação online de dois números da Revista Contextual. Esta revista dirige-se aos Professores de todos os graus de ensino e conta com a colaboração de agentes educativos que se interessam pela defesa da Escola. Pretende fomentar a reflexão sobre questões atuais e tendências na área da Educação, motivar os leitores a desenvolverem práticas educativas diferenciadoras, destacar o papel da educação na promoção da inclusão social e da cidadania.

Publicaram-se 4 BI e foram enviados 33 Mailings. Foram, ainda, enviados 4082 SMS referentes à consignação do IRS.

Manteve-se a presença da ASSP nas Redes Sociais, nomeadamente com a divulgação dos vários cursos do Centro de Formação Alice Maia Magalhães. Incrementou-se o contacto com os diferentes órgãos de Comunicação Social.

Continuaram os contactos com as várias Instituições de Educação com o intuito de dar a conhecer a ASSP.

Aderiram à Associação 515 novos Associados, mantendo-se assim a ASSP como uma Associação de referência para os Professores.

Uma Gestão Financeira criteriosa continuou a permitir que a Associação tivesse recursos suficientes para fazer face ao seu funcionamento, nas suas várias dimensões. Todavia, considerando as exigências financeiras e de tesouraria expectáveis em 2026, impõe-se a necessidade urgente da Direção Nacional propor aos Associados, em Assembleia Geral, a tomada de decisões que permitam ultrapassar a situação.

Importa ter presente que, neste documento, quem presta contas à comunidade associativa são todos os Órgãos da Associação, isto é, a Direção Nacional e as Direções de todas as Delegações, formando um todo, no qual os resultados quantitativos e qualitativos apresentados por cada Direção interagem com o trabalho e com os resultados de todas as outras, tendo todos que assumir as perdas e os prejuízos de uns face aos ganhos de outros. Os resultados deste saldo constituem a prestação de contas a fornecer aos Associados, que são, legitimamente, os principais interessados.

3. Atividades das Delegações

Os Relatórios das Atividades das Estruturas da ASSP apresentam-se em Anexo próprio e transcrevem, segundo um modelo previamente estabelecido, o resultado das atividades realizadas pelas Delegações, Residências, Infraestruturas e Projetos. Muitas dessas Atividades estavam previstas nos respetivos Planos, outras foram surgindo, mostrando a dinâmica das várias Estruturas com os Professores, com os Associados e com a Comunidade.

O quadro seguinte resume a situação em 31/12/2025 dos Associados da ASSP.

	01/01/25	Novos	Desistentes	Falecidos	Recuperações e Mudanças	31/12/25	Diferença
Açores	343	24	3	10	1	355	12
Algarve	467	19	12	3	-1	470	3
Aveiro	700	39	12	9	0	718	18
Beja	141	10	3	2	0	146	5
Coimbra	387	25	7	8	4	401	14
Évora	444	15	14	1	-1	443	-1
Guimarães	166	23	11	3	0	175	9
Leiria	352	20	21	3	-1	347	-5
Lisboa	2836	153	59	60	7	2877	41
Madeira	203	13	4	1	0	211	8
Portalegre	185	15	3	2	-2	193	8
Porto	1584	39	37	22	-1	1563	-21
Santarém	273	16	8	3	1	279	6
Setúbal	1522	83	24	38	0	1543	21
Viseu	266	7	12	2	1	260	-6
S/ Delegação	150	15	7	2	1	157	7
Total	10019	516	237	169	9	10138	119

II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Atividade Económica na ASSP

A atividade da ASSP não pode estar dissociada da situação económica global do país, que afeta sempre de uma forma muito particular as IPSS, principalmente aquelas que não têm acordos com o Estado.

As Residências, que representaram cerca de 71% da atividade total da ASSP, prestaram serviços que totalizaram 3 925 218 Euros, o que se traduz num aumento de 9.6% relativamente ao ano anterior.

O aumento das mensalidades, ainda que limitado, cobriu em 2025 o incremento dos custos de funcionamento das Residências, que em média se situou nos 6.01%.

Em termos de custos, os gastos de pessoal são os que ocuparam a maior fatia dos custos de funcionamento das Residências da ASSP e apresentaram um aumento, comparativamente ao ano de 2024 de 8.59%. Este incremento decorreu da atualização da remuneração mínima garantida, decretada pela aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2025.

Os Fornecimentos e Serviços Externos cresceram 6.56%, essencialmente devido ao aumento da atividade, bem como aos ajustes à inflação acumulada nos anos anteriores e que, paulatinamente, os fornecedores da ASSP, têm vindo a transferir para o custo dos bens e serviços que vendem/prestam à Associação.

Em traços gerais, deve-se salientar pela positiva o aumento em cerca de 265.9% dos resultados operacionais (EBITDA) da Associação, decorrente do que atrás já foi referido, a que acresce a diminuição dos custos de financiamento em cerca de 26.7%, o que provocou uma diminuição dos resultados negativos da Associação em cerca de 70.1%, para um valor absoluto de €-85.286,75 Euros.

Nas secções que se seguem, são apresentadas as contas de exploração parciais da ASSP, agrupando-se da seguinte forma:

- Órgãos Sociais e Serviços Centrais
- Residências
- Recursos Nacionais
- Atividades das Delegações
- Infraestruturas Nacionais
- Projetos

Órgãos Sociais e Serviços Centrais

Em 2025, os Órgãos Sociais e os Serviços Centrais da ASSP registaram um resultado líquido positivo de 338 321,96€, valor que representa um aumento de 17.45% face ao exercício económico anterior.

Órgãos Nacionais e Serviços Centrais - 2025

	Serviços Centrais	AG	DN	Enc.Delegações	Aniv/Congresso	Total	2024	Variação
RENDIMENTOS	968 771,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 371,00 €	984 142,22 €	842 286,85 €	
Vendas e serviços prestados	9 570,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 371,00 €	24 941,35 €	12 240,91 €	103,75%
Quotizações	818 381,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	818 381,35 €	817 445,94 €	0,11%
Subsídios, doações e legados à exploração	140 819,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	140 819,52 €	12 600,00 €	1017,62%
GASTOS	515 193,03 €	278,45 €	32 031,77 €	1 645,94 €	18 181,41 €	567 330,60 €	535 576,40 €	5,93%
Fornecimentos e Serviços Externos	245 266,72 €	278,45 €	32 031,77 €	1 645,94 €	18 181,41 €	297 404,29 €	281 415,08 €	5,68%
Recursos Humanos	269 926,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	269 926,31 €	254 161,32 €	6,20%
RESULTADO BRUTO	453 578,19 €	-278,45 €	-32 031,77 €	-1 645,94 €	-2 810,41 €	416 811,62 €	306 710,45 €	35,90%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	18 843,40 €	0,00 €	-53,39 €	0,00 €	0,00 €	18 790,01 €	79 964,40 €	-76,50%
Outros rendimentos	46 172,03 €	0,00 €	0,20 €	0,00 €	0,00 €	46 172,23 €	118 014,63 €	-60,88%
Outros gastos	27 328,63 €	0,00 €	53,59 €	0,00 €	0,00 €	27 382,22 €	38 050,23 €	-28,04%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	472 421,59 €	-278,45 €	-32 085,16 €	-1 645,94 €	-2 810,41 €	435 601,63 €	386 674,85 €	12,65%
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	48 886,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	48 886,19 €	33 325,20 €	46,69%
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 868,31 €	13 868,31 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	437 403,71 €	-278,45 €	-32 085,16 €	-1 645,94 €	-2 810,41 €	400 583,75 €	367 217,96 €	9,09%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-62 261,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 261,79 €	-79 167,01 €	-21,35%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Gastos financiamento	62 261,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62 261,79 €	79 167,01 €	-21,35%
RESULTADO LÍQUIDO	375 141,92 €	-278,45 €	-32 085,16 €	-1 645,94 €	-2 810,41 €	338 321,96 €	288 050,95 €	17,45%

Apesar do Resultado semelhante ao do ano anterior, verificaram-se melhorias no valor recebido da Consignação de Imposto e reduções nos Outros Gastos e nos Gastos de Financiamento. Em sentido contrário, registou-se um aumento nos Fornecimentos e Serviços Externos, nos Gastos com Pessoal e nas Depreciações do exercício.

Residências

No que concerne à atividade das Residências, no ano de 2025 registou-se uma significativa melhoria no desempenho económico no seu conjunto, fruto do esforço integrado da Direção Nacional, dos Coordenadores, das Diretoras Técnicas e do restante pessoal das Residências, com o resultado da operação (EBITDA) destas estruturas a passar de 29.000€ negativos para cerca de 136.700€ positivos. Houve, por isso, uma melhoria do resultado líquido negativo no conjunto destas estruturas, que passou de cerca de 226 mil euros para 81.500€, com uma redução dos gastos de financiamento e um aumento das depreciações do exercício. .

Na interpretação da tabela abaixo ilustrada, nomeadamente na leitura das variações anuais das diferentes rubricas, é relevante ter presente aspetos, de natureza distinta, que não são diretamente absorvidos:

- o crescimento dos rendimentos obtidos por via da prestação de serviços (9.6%) constituiu um reflexo do aumento das mensalidades e do aumento do número de utentes.
- apesar do contexto adverso, de crescimento generalizado de preços, com especial enfoque dos gastos energéticos e nos gastos com a alimentação, que são absolutamente essenciais para dar o conforto merecido aos utentes da ASSP, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram apenas 1.9%, o que reflete o extremo cuidado e políticas responsáveis de contenção de gastos;
- no que respeita a recursos humanos, houve um aumento do seu custo, em cerca de 8.6%, essencialmente devido ao aumento do salário mínimo e correspondente repercussão nos restantes níveis remuneratórios.

Residências ASSP - 2025

	Aveiro	Carcavelos	Porto	Setúbal	Total	2024	Variação
RENDIMENTOS	682 882,00 €	931 780,40 €	588 464,66 €	1 722 091,04 €	3 925 218,10 €	3 580 060,68 €	9,64%
Vendas e serviços prestados	682 882,00 €	931 780,40 €	588 464,66 €	1 722 091,04 €	3 925 218,10 €	3 580 060,68 €	9,64%
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
GASTOS	671 850,40 €	888 244,09 €	560 752,84 €	1 727 526,15 €	3 848 373,48 €	3 630 165,73 €	6,01%
Fornecimentos e Serviços Externos	256 186,97 €	339 662,46 €	228 284,63 €	599 135,94 €	1 423 270,00 €	1 396 889,08 €	1,89%
Recursos Humanos	415 663,43 €	548 581,63 €	332 468,21 €	1 128 390,21 €	2 425 103,48 €	2 233 276,65 €	8,59%
RESULTADO BRUTO	11 031,60 €	43 536,31 €	27 711,82 €	-5 435,11 €	76 844,62 €	-50 105,05 €	-253,37%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	20 559,43 €	2 685,42 €	5 500,14 €	31 105,66 €	59 850,65 €	20 849,47 €	187,06%
Outros rendimentos	22 077,21 €	3 945,42 €	6 075,69 €	32 000,59 €	64 098,91 €	59 299,86 €	8,09%
Outros gastos	1 517,78 €	1 260,00 €	575,55 €	894,93 €	4 248,26 €	38 450,39 €	-88,95%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	31 591,03 €	46 221,73 €	33 211,96 €	25 670,55 €	136 695,27 €	-29 255,58 €	-567,25%
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	49 413,55 €	53 848,81 €	36 591,98 €	79 844,89 €	219 699,23 €	182 664,78 €	20,27%
Imputação de subsídios para investimento	29 249,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29 249,55 €	29 249,55 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	11 427,03 €	-7 627,08 €	-3 380,02 €	-54 174,34 €	-53 754,41 €	-182 670,81 €	-70,57%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-415,46 €	-27 372,27 €	0,00 €	0,00 €	-27 787,73 €	-43 721,61 €	-36,44%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Gastos financiamento	415,46 €	27 372,27 €	0,00 €	0,00 €	27 787,73 €	43 721,61 €	-36,44%
RESULTADO LÍQUIDO	11 011,57 €	-34 999,35 €	-3 380,02 €	-54 174,34 €	-81 542,14 €	-226 392,42 €	-63,98%

Recursos Nacionais – 2025

A tabela que se segue descreve os gastos operacionais incorridos ao longo do ano de 2025 em cada uma das Delegações ASSP em comparação com os valores registados no ano anterior. Esta ilustração permite-nos aferir diferentes trajetórias entre delegações, mas, de um modo geral, podemos constatar um aumento dos encargos conjuntos das Delegações em 10%.

Recursos Nacionais - 2025

GASTOS

	FSE	RH	DEPRECIACÕES	TOTAL	2024	Variação
AÇORES	3 985,67 €	16 815,00 €	7 929,82 €	28 730,49 €	27 830,97 €	3,23%
ALGARVE	3 587,03 €	16 669,40 €	10 886,49 €	31 142,92 €	29 019,23 €	7,32%
AVEIRO	8 277,08 €	8 916,84 €	0,00 €	17 193,92 €	15 825,92 €	8,64%
BEJA	475,44 €	11 586,68 €	0,00 €	12 062,12 €	9 167,60 €	31,57%
COIMBRA	2 272,34 €	36 600,95 €	8 625,00 €	47 498,29 €	49 803,65 €	-4,63%
ÉVORA	4 225,22 €	30 870,09 €	6 850,56 €	41 945,87 €	34 831,25 €	20,43%
GUIMARÃES	2 904,40 €	26 754,47 €	5 345,23 €	35 004,10 €	30 571,82 €	14,50%
LEIRIA	2 728,14 €	0,00 €	1 795,67 €	4 523,81 €	4 220,64 €	7,18%
LISBOA	810,00 €	0,00 €	15 825,24 €	16 635,24 €	15 384,04 €	8,13%
MADEIRA	1 834,62 €	18 984,42 €	4 607,38 €	25 426,42 €	24 295,44 €	4,66%
PORTALEGRE	2 803,76 €	18 596,30 €	3 818,84 €	25 218,90 €	23 522,19 €	7,21%
PORTO	9 656,51 €	17 336,14 €	0,00 €	26 992,65 €	26 358,45 €	2,41%
SANTARÉM	2 113,83 €	16 785,19 €	6 191,66 €	25 090,68 €	23 729,84 €	5,73%
SETÚBAL	12 322,43 €	0,00 €	585,48 €	12 907,91 €	1 800,00 €	617,11%
VISEU	21 450,12 €	0,00 €	67,98 €	21 518,10 €	20 884,42 €	3,03%
TOTAL	79 446,59 €	219 915,48 €	72 529,35 €	371 891,42 €	337 245,46 €	10,27%

Atividade das Delegações

No que concerne às atividades desenvolvidas pelas Delegações da ASSP, em 2025, regista-se uma expressiva melhoria dos resultados obtidos, na ordem dos 247%.

Atividades das Delegações - 2025

	RENDIMENTOS	GASTOS	RESULTADO	2024	VARIAÇÃO
AÇORES	18 238,10 €	8 901,41 €	9 336,69 €	-2 176,55 €	-528,97%
ALGARVE	14 521,47 €	9 545,79 €	4 975,68 €	5 079,28 €	-2,04%
AVEIRO	1 087,00 €	592,76 €	494,24 €	8 838,82 €	94,41%
BEJA	17 078,10 €	15 692,19 €	1 385,91 €	28,51 €	4761,14%
COIMBRA	46 238,84 €	32 411,54 €	13 827,30 €	13 133,93 €	5,28%
ÉVORA	47 606,27 €	46 577,26 €	1 029,01 €	6 180,29 €	83,35%
GUIMARÃES	185 562,49 €	154 898,39 €	30 664,10 €	19 504,83 €	57,21%
LEIRIA	16 608,00 €	15 117,65 €	1 490,35 €	954,02 €	56,22%
LISBOA	60 480,59 €	58 249,60 €	2 230,99 €	-40 437,19 €	
MADEIRA	19 135,78 €	17 921,90 €	1 213,88 €	-664,17 €	-282,77%
PORTALEGRE	27 986,10 €	9 708,24 €	18 277,86 €	4 206,86 €	334,48%
PORTO	5 269,25 €	4 725,57 €	543,68 €	2 104,93 €	74,17%
SANTARÉM	33 299,70 €	39 985,06 €	-6 685,36 €	4 144,95 €	-261,29%
SETÚBAL	0,00 €	6 780,53 €	-6 780,53 €	-367,97 €	1742,69%
VISEU	2 074,00 €	2 778,26 €	-704,26 €	25,18 €	2896,90%
TOTAL	495 185,69 €	423 886,15 €	71 299,54 €	20 555,72 €	246,86%

Infraestruturas Nacionais

Relativamente às infraestruturas nacionais, considerou-se no ano de 2025 apenas a Casa da Torre que, após um ano encerrada para obras de melhoramento do espaço, foi arrendada. Esta operação permitiu que o seu Resultado Operacional passasse de -11.688€ para +10.226€.

Infraestruturas Nacionais

	Casa da Torre			TOTAL
	2025	2024	Varição	
	RENDIMENTOS	17 554,00 €	0,00 €	
Vendas e serviços prestados	17 554,00 €	0,00 €		17 554,00 €
GASTOS	7 307,30 €	16 052,69 €	-54,48%	7 307,30 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	7 307,30 €	5 132,02 €	42,39%	7 307,30 €
Recursos Humanos	0,00 €	10 920,67 €	-100,00%	0,00 €
RESULTADO BRUTO	10 246,70 €	-16 052,69 €	-163,83%	10 246,70 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	-20,81 €	4 364,20 €	-100,48%	-20,81 €
Outros rendimentos	7,19 €	5 190,00 €	-99,86%	7,19 €
Outros gastos	28,00 €	825,80 €		28,00 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	10 225,89 €	-11 688,49 €	-187,49%	10 225,89 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	15 828,20 €	15 313,70 €	3,36%	15 828,20 €
Imputação de subsídios para investimento	5 750,97 €	5 750,97 €	0,00%	5 750,97 €
RESULTADO	148,66 €	-21 251,22 €	-100,70%	148,66 €

Projetos

O Projeto do Núcleo de São João da Madeira registou, em 2025, um resultado negativo superior ao do ano anterior, essencialmente devido ao aumento significativo dos Recursos Humanos e uma diminuição das Vendas e Serviços Prestados.

Por fim, o Centro de Formação Alice Magalhães consolidou-se como meio de criação de valor para a ASSP. Em 2025, verificou-se, um aumento do custo dos formadores que, associado a uma manutenção da faturação, reduziu o Resultado deste Projeto para cerca de 14.650€.

Projetos

	Núcleo SJM			CFAMM			TOTAL
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação	
RENDIMENTOS	46 457,05 €	51 293,55 €	-9,43%	123 555,00 €	125 055,00 €	-1,20%	170 012,05 €
Vendas e serviços prestados	46 457,05 €	51 293,55 €	-9,43%	123 555,00 €	125 055,00 €	-1,20%	170 012,05 €
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €		0,00 €
GASTOS	101 322,27 €	96 863,46 €	4,60%	108 578,78 €	90 654,89 €	19,77%	209 901,05 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	51 850,82 €	54 817,00 €	-5,41%	78 650,53 €	61 985,25 €	26,89%	130 501,35 €
Recursos Humanos	49 471,45 €	42 046,46 €	17,66%	29 928,25 €	28 669,64 €	4,39%	79 399,70 €
RESULTADO BRUTO	-54 865,22 €	-45 569,91 €	20,40%	14 976,22 €	34 400,11 €	-56,46%	-39 889,00 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	-1 413,90 €	2 409,97 €	-158,67%	-320,45 €	0,00 €		-1 734,35 €
Outros rendimentos	0,00 €	2 409,97 €	-100,00%	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros gastos	1 413,90 €	0,00 €		320,45 €	0,00 €		1 734,35 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	-56 279,12 €	-43 159,94 €	30,40%	14 655,77 €	34 400,11 €	-57,40%	-41 623,35 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
RESULTADO	-56 279,12 €	-43 159,94 €	30,40%	14 655,77 €	34 400,11 €	-57,40%	-41 623,35 €

Quadro Final – Demonstração de Resultados ASSP

No seu todo, a ASSP apresentou em 2025 um resultado líquido negativo de 85.286,75€, que se traduz numa melhoria de 70,1% face ao ano de 2024, refletindo o aumento dos rendimentos, a contenção de gastos operacionais e a redução dos gastos de financiamentos.

Demonstração Resultados - 2025

	Serviços Centrais e OSN	Residências	Recursos Nacionais	Atividades Deleg	Infraestruturas	Projetos	Total	2024	Variação
RENDIMENTOS	984 142,22 €	3 925 218,10 €	0,00 €	446 462,93 €	17 554,00 €	170 012,05 €	5 543 389,30 €	4 954 638,31 €	11,88%
Vendas e serviços prestados	24 941,35 €	3 925 218,10 €	0,00 €	407 478,61 €	17 554,00 €	170 012,05 €	4 545 204,11 €	4 083 446,96 €	11,31%
Quotizações	818 381,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	818 381,35 €	817 445,94 €	0,11%
Subsídios, doações e legados à exploração	140 819,52 €	0,00 €	0,00 €	38 984,32 €	0,00 €	0,00 €	179 803,84 €	53 745,41 €	234,55%
GASTOS	567 330,60 €	3 848 373,48 €	297 324,57 €	422 437,17 €	7 307,30 €	209 901,05 €	5 352 698,17 €	4 997 088,88 €	7,12%
Fornecimentos e Serviços Externos	297 428,29 €	1 423 270,00 €	77 409,09 €	345 235,89 €	7 307,30 €	130 501,35 €	2 281 151,92 €	2 140 727,36 €	6,56%
Recursos Humanos	269 926,31 €	2 425 103,48 €	219 915,48 €	77 201,28 €	0,00 €	79 399,70 €	3 071 546,25 €	2 856 361,52 €	7,53%
RESULTADO BRUTO	416 811,62 €	76 844,62 €	-297 324,57 €	24 025,76 €	10 246,70 €	-39 889,00 €	190 691,13 €	-42 450,57 €	-549,21%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	18 790,01 €	59 850,65 €	-2 037,50 €	47 273,88 €	-20,81 €	-1 730,28 €	122 149,95 €	127 953,93 €	-4,54%
Outros rendimentos	46 172,23 €	64 098,91 €	0,00 €	48 722,76 €	7,19 €	0,00 €	159 001,09 €	213 744,11 €	-25,61%
Outros gastos	27 358,22 €	4 248,26 €	2 037,50 €	1 448,88 €	28,00 €	1 730,28 €	36 851,14 €	85 790,18 €	-57,05%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	435 601,63 €	136 695,27 €	-299 362,07 €	71 299,64 €	10 225,89 €	-41 619,28 €	312 841,08 €	85 503,36 €	265,88%
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	48 886,19 €	219 699,23 €	82 899,21 €	0,00 €	15 828,20 €	0,00 €	367 312,83 €	306 895,69 €	19,69%
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	29 249,55 €	10 369,86 €	0,00 €	5 750,97 €	0,00 €	59 238,69 €	59 238,69 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	400 583,75 €	-53 754,41 €	-371 891,42 €	71 299,64 €	148,66 €	-41 619,28 €	4 766,94 €	-162 153,64 €	-102,94%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-62 261,79 €	-27 787,73 €	0,00 €	-0,10 €	0,00 €	-4,07 €	-90 053,69 €	-122 888,62 €	-26,72%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Gastos financiamento	62 261,79 €	27 787,73 €	0,00 €	0,10 €	0,00 €	4,07 €	90 053,69 €	122 888,62 €	-26,72%
RESULTADO LÍQUIDO	338 321,96 €	-81 542,14 €	-371 891,42 €	71 299,54 €	148,66 €	-41 623,35 €	-85 286,75 €	-285 042,26 €	-70,08%

Fundo de Solidariedade Social da ASSP

O Fundo de Solidariedade Social (FSS) é um recurso estratégico que permite à ASSP dar respostas concretas a situações prementes de necessidade social dos seus Associados. A situação do FSS é a seguinte:

• Disponibilidades do FSS em 2024/12/31	29.766,46€
• Utilização do Fundo em 2025	38.363,00€
• Reforço do FSS (ver ponto III)	50.000,00€
• Disponibilidades do FSS em 2025/12/31	41.403,46€

Sobre este tema, é importante salientar a importância de se reforçar o valor disponível no Fundo de Solidariedade Social da ASSP de forma a garantir o cumprimento do seu objeto social sem entropias de maior, aplicando as ferramentas previstas no Regulamento do Fundo, conforme disposto no ponto III deste documento, Aplicação de Resultados.

Serviço de dívida a médio e longo prazo

No que concerne à dívida à banca a médio e longo prazo, no ano de 2025, registou-se uma grande redução da exposição bancária em 336.067,34€, fixando-se hoje em aproximadamente 1,6 milhões de euros.

No ano de 2025 não foram contratados novo financiamentos a médio e longo prazo.

Com a descida das taxas de juro, os gastos de financiamento da ASSP baixaram cerca de 27% entre 2024 e 2025.

Serviço de dívida médio e longo prazo

	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida Inicial	1 856 336,11 €	2 317 857,80 €	2 079 450,70 €	2 262 374,62 €	1 895 075,80 €
Amortizações	54 985,74 €	238 407,10 €	292 076,08 €	617 298,82 €	336 067,34 €
Dívida contraída ano	516 507,43 €	0,00 €	475 000,00 €	250 000,00 €	0,00 €
Dívida final	2 317 857,80 €	2 079 450,70 €	2 262 374,62 €	1 895 075,80 €	1 559 008,46 €
Varição na dívida	461 521,69 €	-238 407,10 €	182 923,92 €	-367 298,82 €	-336 067,34 €
Juros pagos	73 697,47 €	63 964,02 €	127 347,84 €	122 888,62 €	90 053,69 €
Serviço da dívida	128 683,21 €	302 371,12 €	419 423,92 €	740 187,44 €	426 121,03 €

Regularidade contributiva e fiscal

A ASSP encerrou o ano de 2025 com a sua situação fiscal e contributiva plenamente regularizada.

III - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano de 2025, como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 85.286,75€, pelo que a Direção Nacional propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados, de forma a ser absorvido pelos resultados positivos atingidos em exercícios anteriores.

De forma a que o Fundo de Solidariedade Social da ASSP possa continuar a apoiar Associados com menores recursos, a Direção Nacional propõe igualmente a transferência de uma verba de 50.000€ da conta de Resultados Transitados para a conta do Fundo, conforme previsto no Art.º 8º do Regulamento do Fundo.

asp Associação de Solidariedade
Social dos Professores

Contribuinte 501 406 336
Largo do Monte, nº1 | 1170 - 253 Lisboa
Tel. 218 155 466 | 218 888 428

António Francisco Roberto Passos

IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores****BALANÇO**

Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

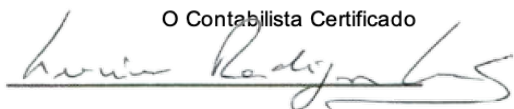
NIPC 501 406 336

Valores expressos em EUROS

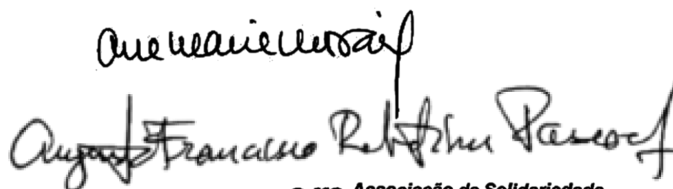
A C T I V O	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	6	12 125 672,43	12 425 530,49	-2,4%
Investimentos em curso		153 964,02	150 873,64	100,0%
Investimentos financeiros	7	28 611,22	28 611,22	0,0%
Subtotal		12 308 247,67	12 605 015,35	-2,4%
Activo corrente				
Clientes e utentes	10	147 993,86	124 750,67	18,6%
Adiantamentos a fornecedores		62 292,63	45 073,10	38,2%
Estado e outros entes públicos		1 783,33	1 493,57	19,4%
Outras contas a receber	10	180 221,50	110 291,11	63,4%
Diferimentos		16 067,68	16 067,68	0,0%
Caixa e depósitos bancários	4	397 023,19	576 068,41	-31,1%
Subtotal		805 382,19	873 744,54	-7,8%
Total do activo		13 113 629,86	13 478 759,89	-2,7%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Fundos	11	191 088,58	220 855,04	-13,5%
Reservas	11	64 865,42	64 865,42	0,0%
Resultados transitados	11	7 478 491,96	7 763 534,22	-3,7%
Outras variações no capital próprio		2 617 569,14	2 676 807,83	-2,2%
Subtotal		10 352 015,10	10 726 062,51	-3,5%
Resultado liquido do exercicio	11	-85 286,75	-285 042,26	-70,1%
Total do capital próprio		10 266 728,35	10 441 020,25	-1,7%
P A S S I V O				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos		1 222 088,80	1 554 787,87	-21,4%
Subtotal		1 222 088,80	1 554 787,87	-21,4%
Passivo corrente				
Fornecedores		211 354,80	184 640,63	14,5%
Adiantamentos de clientes		8 667,56	28 484,16	-69,6%
Estado e outros entes publicos	10	75 200,08	73 884,40	1,8%
Financiamentos obtidos	10	883 773,26	741 871,22	19,1%
Outras contas a pagar	10	445 817,01	454 071,36	-1,8%
Subtotal		1 624 812,71	1 482 951,77	9,6%
Total do Passivo		2 846 901,51	3 037 739,64	-6,3%
Total do capital próprio e do passivo		13 113 629,86	13 478 759,89	-2,7%

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

Demonstração de resultados por naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

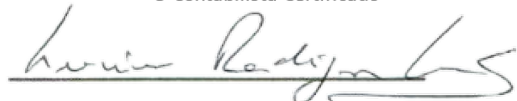
NIPC 501 406 336

Valores expressos em EUROS

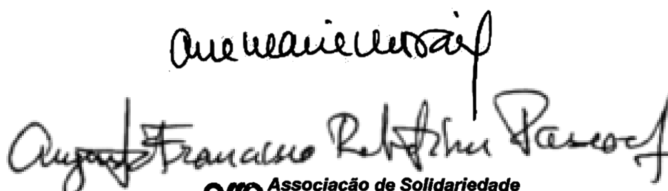
Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024	Var. %
Vendas e serviços prestados	9	5 363 585,46	4 900 892,90	9,4%
Subsídios à exploração		179 803,84	53 745,41	234,5%
Fornecimentos e serviços externos	14	-2 281 151,92	-2 140 727,36	6,6%
Gastos com pessoal	15	-3 071 546,25	-2 856 361,52	7,5%
Outros rendimentos e ganhos	17	218 239,78	272 982,80	-20,1%
Outros gastos e perdas	16	-36 851,14	-85 790,18	-57,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		372 079,77	144 742,05	157,1%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-367 312,83	-306 895,69	19,7%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 766,94	-162 153,64	102,9%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,0%
Juros e gastos similares suportados	18	-90 053,69	-122 888,62	26,7%
Resultado antes de impostos		-85 286,75	-285 042,26	70,1%
Resultado liquido do periodo		-85 286,75	-285 042,26	70,1%

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



ASSP Associação de Solidariedade Social dos Professores

Contribuinte 501 406 336
Largo do Monte, nº1 | 1170 - 253 Lisboa
Tel. 218 155 466 | 218 888 428

ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

NIPC 501 406 336

Demonstração de fluxos de caixa
Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores expressos em EUROS

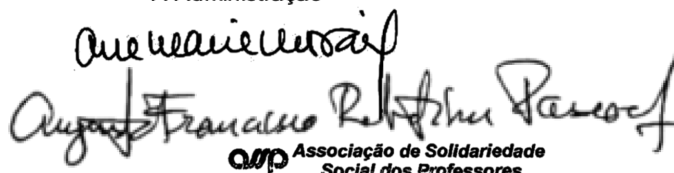

Rubricas	31/12/25	31/12/24
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	4 691 900,33	4 321 660,51
Pagamentos a fornecedores	2 718 627,05	2 602 983,02
Pagamentos ao pessoal	2 122 766,62	1 957 386,54
Caixa gerada pelas operações	-149 493,34	-238 709,05
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	297 772,21	329 004,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	148 278,87	90 295,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Activos fixos tangíveis</i>	0,00	214 907,15
<i>Activos intangíveis</i>	0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>	0,00	0,00
<i>Outros activos</i>	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
<i>Activos fixos tangíveis</i>	0,00	0,00
<i>Activos intangíveis e Investimentos financeiros</i>	0,00	0,00
<i>Outros activos</i>	0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>	0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>	0,00	0,00
<i>Dividendos</i>	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0,00	-214 907,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	1 673 517,94	488 166,65
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuizos</i>	0,00	0,00
<i>Doações</i>	0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	1 910 788,34	605 941,68
<i>Juros e gastos similares</i>	90 053,69	122 888,62
<i>Dividendos</i>	0,00	0,00
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-327 324,09	-240 663,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-179 045,22	-365 275,62
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	576 068,41	941 344,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	397 023,19	576 068,41

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



Associação de Solidariedade Social dos Professores

 Contribuinte 501 406 336
 Largo do Monte, nº1 | 1170 - 253 Lisboa
 Tel. 218 155 466 | 218 888 428

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação, as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

1. Identificação da entidade:

- 1.1. Designação da entidade: Associação de Solidariedade Social dos Professores
- 1.2. Sede: Largo do Monte, 1, 1170-253 Lisboa
- 1.3. Natureza da atividade: Atividades de Apoio Social para pessoas idosas, com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação de normas contabilísticas

Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Comparabilidade das contas

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2024.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

- a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 10 a 50 Anos

Equipamento básico: 1 a 10 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 1 a 10 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 5 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

ATIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

RÉDITO (§12)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

O mesmo procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de ativos depreciáveis.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes, utentes e outras dívidas de terceiros: as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros: as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos: os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Periodizações: as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, quando não são insignificantes, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.
- Caixa e Depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas na ASSP.

4. Ativos fixos tangíveis:

- 4.1.** As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1.

Ativos Fixos Tangíveis e Obras em Curso		
Descrição	2025	2024
Saldo inicial	€ 19 892 523,55	€ 19 677 616,40
Aumentos patrimoniais	€ 67 454,77	€ 214 907,15
Regularizações	€ 3 090,38	€ 0,00
Venda de imobilizado	€ 0,00	€ 0,00
Saldo final	€ 19 963 068,70	€ 19 892 523,55

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Depreciações Acumuladas de AFT		
Descrição	2025	2024
Saldo inicial	€ 7 316 119,42	€ 7 009 528,74
Depreciações do exercício	€ 367 312,83	€ 306 895,69
Reversão de Depreciações	€ 0,00	€ 0,00
Outras Regularizações	€ 0,00	-€ 305,01
Saldo final	€ 7 683 432,25	€ 7 316 119,42

4.2. Os imóveis de Carcavelos, Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém estão dados como garantia real para financiamentos bancários.

5. Gastos e Rendimentos

5.1. Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias consumidas” e “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	627 884,38	586 348,58
Serviços especializados	817 392,75	689 929,50
Trabalhos Especializados	204 262,09	73 868,91
Publicidade e Propaganda	12 055,74	5 052,96
Vigilância e Segurança	12 235,21	7 174,46
Honorários & Comissões	383 208,18	389 925,56
Conservação e Reparação	120 763,84	118 484,45
Comissões Bancárias	27 136,15	31 777,97
Outros Serviços Especializados	57 731,54	63 645,19
Materiais	32 616,20	38 753,06
Ferramentas e Utensílios	5 471,13	8 854,64
Livros e Documentação Técnica	281,70	32,55
Material de Escritório	16 685,73	14 730,68
Artigos para Oferta & Outros	10 177,64	15 135,19
Energia e Fluidos	271 863,62	277 010,52
Eletricidade	108 123,68	125 418,77
Combustíveis	3 290,37	3 981,81
Água	57 293,82	56 201,37
Gás	103 155,75	91 408,57
Deslocações, Estadas e Transportes	194 171,98	158 046,41
Serviços Diversos	327 490,42	374 113,00
Encargos com Utentes	9 439,43	16 406,29
Despesas não Documentadas	293,14	120,00
Total	2 281 151,92	2 140 727,36

5.2. Gastos com pessoal

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações do Pessoal	2 477 327,88	2 303 102,88
Remunerações Certas	2 035 444,92	1 889 276,31
Remunerações Variáveis	441 882,96	413 826,57
Indemnizações	20 237,41	18 039,94
Encargos sobre remunerações	528 887,42	485 499,36
Seguros	37 723,63	41 694,25
Outros gastos com pessoal	7 369,91	8 025,09
Total	3 071 546,25	2 856 361,52

5.3. Rédito

- a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito estão expressas no ponto 3.1.
- b) As categorias mais significativas de rédito durante este período foram as seguintes:

Vendas e Prestação de Serviços

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Matriculas e Mensalidades e Utentes	3 858 743,66	3 522 386,82
Quotizações e Jóias	818 381,35	820 410,44
Atividades Sociais, Culturais e Recreativas	505 466,48	413 570,32
Outras Prestações de Serviços	180 993,97	144 525,32
Total	5 363 585,46	4 900 892,90

Subsidio à exploração

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
ISS, IP - Centro Distrital	8 704,82	9 465,41
IEFP	0,00	0,00
Autarquias	43 992,80	43 780,00
Juntas de Freguesia	0,00	500,00
Doações e Heranças	127 106,22	0,00
Total	179 803,84	53 745,41

Outros Rendimentos

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos suplementares	3 046,80	2 607,65
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	1 170,92	8 961,88
Outros rendimentos e ganhos	214 022,06	261 413,27
Correções Relativas a Períodos Anteriores	96,19	59 059,14
Imputação de Subsídios para Investimento	59 238,69	59 238,69
Donativos	91 444,31	97 246,77
Outros não Especificados	63 242,87	45 868,67
Total	218 239,78	272 982,80

6. Subsídios e apoios do Governo:

6.1. Subsídios reconhecidos nos Fundos patrimoniais

Conta do Razão		Saldo ano N-1	Movimentos no exercício		Saldo ano
N.º	Descrição	31-12-2024	Aumento	Diminuições	31-12-2025
5931	PIDDAC	314 750,21		9 537,89	305 212,32
5932	IFAP	127 555,97		3 356,74	124 199,23
5934	ProRural - Açores	34 510,58		831,97	33 678,61
Total de Subsídios		476 816,76	0,00	13 726,60	463 090,16
5941	Alice M Margalhães	438 143,83		14 365,39	423 778,44
5942	Emília Albarraque Costa	172 484,31		0,00	172 484,31
5943	Aveiro	1 476 166,20		29 249,55	1 446 916,65
5945	Mª Conceição C. Ferreira	113 196,73		1 897,15	111 299,58
Total de Doações		2 199 991,07	0,00	45 512,09	2 154 478,98
Total das Variações dos Fundos		2 676 807,83	0,00	59 238,69	2 617 569,14

6.2. Durante o ano de 2025, a ASSP recebeu os seguintes subsídios à exploração estatais e de entidades públicas:

€ 30.000,00 da Câmara Municipal de Guimarães

€ 13.992,80 da Câmara Municipal de Cascais

7. Instrumentos financeiros

7.1. Fundos Patrimoniais

Durante o ano de 2025, registámos a seguinte evolução nos Fundos Patrimoniais da ASSP:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	01/01/25			31/12/25
Fundo Social Inicial	191 088,58			191 088,58
Fundo Solidariedade Social	29 766,46		29 766,46	0,00
Total dos Fundos	220 855,04	0,00	29 766,46	191 088,58
Campo de Férias	47 282,17			47 282,17
Projetos	17 583,25			17 583,25
Ourtas Reservas	64 865,42	0,00	0,00	64 865,42
Resultados Transitados	7 763 534,22		285 042,26	7 478 491,96
Outras Variações nos FP	2 676 807,83	0,00	59 238,69	2 617 569,14
Subsídios	476 816,76		13 726,60	463 090,16
Doações	2 199 991,07		45 512,09	2 154 478,98
Resultado Líquido do Exercício	-285 042,26	-85 286,75	-285 042,26	-85 286,75
Total	10 441 020,25	-85 286,75	89 005,15	10 266 728,35

No final do ano de 2025 e 2024, as contas de terceiros apresentavam os seguintes saldos acumulados:

Rubricas	31/dez/25			31/dez/24		
	Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
ATIVOS						
Clientes	147 993,86		147 993,86	124 750,67		124 750,67
Adiantamento a fornecedores	62 292,63		62 292,63	45 073,10		45 073,10
Estado e outros entes públicos	1 783,33		1 783,33	1 493,57		1 493,57
Outras contas a receber	180 221,50		180 221,50	110 291,11		110 291,11
Diferimentos	16 067,68		16 067,68	16 067,68		16 067,68
Total	408 359,00	0,00	408 359,00	297 676,13	0,00	297 676,13
PASSIVOS						
Financiamentos - Não Corrente	1 222 088,80		1 222 088,80	1 554 787,87		1 554 787,87
Financiamentos - Corrente	883 773,26		883 773,26	741 871,22		741 871,22
Fornecedores	211 354,80		211 354,80	184 640,63		184 640,63
Adiantamento de clientes	8 667,56		8 667,56	28 484,16		28 484,16
Estado e outros entes públicos	75 200,08		75 200,08	73 884,40		73 884,40
Outras contas a pagar	445 817,01		445 817,01	454 071,36		454 071,36
Total	2 846 901,51	0,00	2 846 901,51	3 037 739,64	0,00	3 037 739,64

8. Benefícios dos empregados

8.1. Número médio de empregados durante o ano: 155.

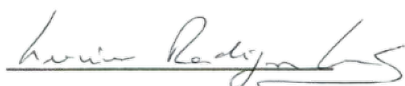
Durante o ano de 2025, verificaram-se 50 entradas, algumas delas para substituição de baixas prolongadas e 51 saídas.

8.2. Número de membros dos órgãos diretivos:

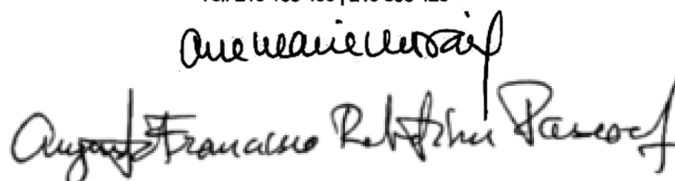
- 14 membros nos Órgãos Sociais Nacionais (Assembleia Geral, Direção Nacional e Conselho Fiscal);
- 136 membros nos Órgãos Sociais Regionais.
- Os órgãos diretivos da ASSP não são remunerados.

9. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço e até à data da elaboração deste relatório, não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.



assp Associação de Solidariedade
Social dos Professores
Contribuinte 501 406 336
Largo do Monte, nº1 | 1170 - 253 Lisboa
Tel. 218 155 466 | 218 888 428





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Associação de Solidariedade Social dos Professores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 13.113.630 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 10.266.728 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 85.287 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF-ESNL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF-ESNL);
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF-ESNL);
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF-ESNL); e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2026

AUREN Auditores e Associados, SROC, S.A.

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161441)

Representado por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. Nº 651)

Registado na CMVM com o nº 20160295

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório:

1. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º, do n. 1 do artigo 44.º dos Estatutos e do mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direção Nacional da Associação de Solidariedade Social dos Professores (Associação), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. O Conselho Fiscal insiste que não é aceitável que, não obstante as suas reiteradas insistências na sua obtenção atempada, a Certificação Legal de Contas continue a ser entregue pelo Revisor Oficial de Contas a escassíssimos dias da realização das assembleias gerais, assim impedindo que o conselho fiscal emita adequadamente o seu relatório e parecer, uma vez que a emissão destes documentos depende da referida Certificação. Esta, da responsabilidade de profissional ajuramentado e remunerado, nunca, desde que a Associação passou a ter Revisor Oficial de Contas, foi apresentada dentro de um prazo aceitável.
3. Acompanhámos minimamente a atividade da Associação e analisámos com a atenção devida os documentos contabilísticos daquele ano, os quais nos mereceram os seguintes reparos:
 - 3.1 - não temos evidência de que, à posteriori, esteja a ser feita uma análise criteriosa dos saldos contabilísticos, notando-se a existência persistente de saldos sem sentido ou contrários à natureza das respetivas contas;
 - 3.2 – uma vez que as contas se destinam a um muito elevado número de associados que só anualmente lhe acedem, o Anexo ao balanço e demonstração de resultados é manifestamente limitado no seu objetivo de informar e clarificar situações, saldos ou movimentos cuja compreensão não é extraível da análise ao balanço e demonstração dos resultados.
4. Em resultado da nossa análise, constatámos que, salvaguardado o referido no ponto anterior:
 - 4.1 – as Demonstrações Financeiras foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no país;
 - 4.2 – as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são os adequados às circunstâncias, estão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro aplicável às Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em todos os aspetos

materialmente relevantes e explicitados no Anexo ao balanço e às demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa;

4.3 – o Relatório da Direção e o Anexo parecem-nos minimamente esclarecedores da atividade da Associação, evidenciando e detalhando os aspetos mais significativos dessa atividade;

4.4 – face à análise do relatório e contas de 2025, o Conselho Fiscal faz notar que as Residências, apesar de ainda apresentarem prejuízo, tiveram uma melhoria assinalável no seu desempenho, o mesmo acontecendo no respeitante à atividade geral da Associação. Deve ser prosseguido o caminho encetado.

5 – a proposta de aplicação dos resultados é a única possível, face aos prejuízos relatados.

6 – Quando nos foi disponibilizada, analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Parecer:

7 – Em face do exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral

7.1 – Aprove o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas.

7.2 – Aprove a proposta de aplicação dos resultados.

Lisboa, 26 de março de 2026

Pel'O Conselho Fiscal



Vasco Alves